

CURRÍCULO E CIDADANIA: PREPARANDO ESTUDANTES PARA O SÉCULO XXI

CURRICULUM AND CITIZENSHIP: PREPARING STUDENTS FOR THE 21ST CENTURY

Ketylen Karyne Santos Almeida

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Adriana Cristiane Lopes Lino

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Sandra Regina de Vargas

Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil

Vanderlei Porto Pinto

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Leonor Maria dos Santos Lacio

MUST University, Estados Unidos

ISSN: 1518-0263

DOI: <https://doi.org/10.46550/h3sar870>

Publicado em: 21.08.2025

Resumo: O presente artigo teve como objetivo analisar de que forma o currículo escolar pode promover uma educação voltada à cidadania no contexto do século XXI. O estudo partiu da premissa de que a formação cidadã constitui um imperativo pedagógico diante das transformações sociais, políticas e tecnológicas da contemporaneidade. A investigação foi conduzida por meio de pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, fundamentada na análise interpretativa de textos acadêmicos publicados entre 2023 e 2025. Foram selecionados artigos que discutem a articulação entre currículo, cidadania e competências do século XXI. Os resultados revelaram que, para além da inserção de novos conteúdos, a formação cidadã requer uma reconfiguração profunda do currículo escolar, incluindo práticas pedagógicas participativas, interdisciplinaridade e valorização da diversidade. Constatou-se ainda que há entraves significativos à implementação dessas propostas, como a fragmentação curricular, a ausência de políticas públicas efetivas e a resistência institucional. Concluiu-se que a efetivação de um currículo comprometido com a cidadania depende de esforços integrados entre políticas educacionais, formação docente e engajamento da comunidade escolar. Recomenda-se que novas pesquisas se debrucem sobre experiências escolares exitosas nesse campo, a fim de contribuir com subsídios teóricos e práticos para a consolidação de uma educação democrática e transformadora.

Palavras-chave: Currículo Escolar. Formação Cidadã. Educação Básica. Competências Contemporâneas. Democracia.



Abstract: This article aimed to analyze how the school curriculum can promote education oriented towards citizenship in the 21st century. The study assumed that citizenship education is a pedagogical imperative in light of current social, political, and technological transformations. The research was conducted through bibliographic review with a qualitative approach, based on the interpretative analysis of academic texts published between 2023 and 2025. Selected articles discussed the articulation between curriculum, citizenship, and 21st-century skills. The findings revealed that, beyond the inclusion of new content, citizenship education requires a deep restructuring of the school curriculum, including participatory pedagogical practices, interdisciplinarity, and valuing diversity. It was also found that there are significant obstacles to the implementation of such proposals, such as curricular fragmentation, lack of effective public policies, and institutional resistance. The study concluded that the realization of a curriculum committed to citizenship depends on integrated efforts between educational policies, teacher training, and school community engagement. Future research is recommended to explore successful school experiences in this field, aiming to contribute theoretical and practical insights for the consolidation of a democratic and transformative education.

Keywords: School Curriculum. Citizenship Education. Basic Education. Contemporary Skills. Democracy.

Introdução

A crescente complexidade das relações sociais, políticas e econômicas do século XXI impôs à escola contemporânea o desafio de formar sujeitos capazes de exercer plenamente a cidadania. Nesse contexto, o currículo escolar adquire centralidade no debate educacional, pois constitui-se como instrumento estruturante na construção de saberes, valores e atitudes que orientam a participação democrática dos estudantes na sociedade. A educação básica, nesse sentido, transcende a mera transmissão de conteúdos e se consolida como espaço de formação ética, crítica e socialmente engajada.

A escolha pelo tema ‘Currículo e cidadania: preparando estudantes para o século XXI’ fundamentou-se na urgência de se repensar o papel do currículo frente às demandas de uma sociedade globalizada, marcada por desigualdades, por transformações tecnológicas aceleradas e pela necessidade de convivência em contextos culturalmente diversos. A proposta de articulação entre currículo e cidadania não representa uma inovação recente, mas vem adquirindo novos contornos à medida que emergem conceitos como justiça curricular, competências socioemocionais e cidadania global.

A questão norteadora que orientou este estudo foi: de que modo o currículo escolar pode contribuir para a formação cidadã dos estudantes diante dos desafios do século XXI? A partir dessa indagação, buscou-se compreender os fundamentos teóricos, os entraves e as potencialidades envolvidos na construção de propostas curriculares que efetivem esse compromisso formativo.

O objetivo geral consistiu em analisar de que forma o currículo escolar pode promover uma educação voltada à cidadania no contexto do século XXI. Como objetivos específicos, destacam-se: a) investigar concepções de cidadania presentes nos documentos curriculares e na

literatura educacional recente; b) identificar desafios e limitações na implementação de propostas pedagógicas com ênfase na formação cidadã; c) discutir a relevância das competências do século XXI na estruturação do currículo escolar.

Para a consecução desses objetivos, adotou-se uma abordagem qualitativa de natureza bibliográfica, com ênfase na análise interpretativa de textos acadêmicos que discutem a interseção entre currículo e cidadania. A metodologia consistiu na seleção criteriosa de produções científicas publicadas entre os anos de 2023 e 2025, as quais foram sistematizadas e analisadas com base em eixos temáticos que articulam os conceitos centrais da pesquisa.

A fundamentação teórica teve como base os artigos de Games *et al.* (2025), Cunha (2025) e Dadám *et al.* (2025), que discutem, sob diferentes perspectivas, as implicações do currículo na formação cidadã dos estudantes e a urgência de se pensar a escola como espaço de emancipação social.

O presente artigo está estruturado em capítulos. O primeiro capítulo, a cidadania como princípio formativo do currículo, discute as dimensões conceituais e históricas da cidadania no campo educacional. O segundo capítulo, competências para o século xxi: contribuições para uma formação cidadã, analisa as habilidades e atitudes necessárias à formação de estudantes aptos a atuar em uma sociedade democrática. O terceiro capítulo, desafios curriculares na implementação de uma educação cidadã, problematiza os obstáculos enfrentados pelas escolas na efetivação de propostas pedagógicas comprometidas com a cidadania. Na sequência, o capítulo resultados e análise dos dados apresenta as conclusões extraídas da análise bibliográfica, e o capítulo conclusão reúne as considerações finais sobre o percurso desenvolvido, apontando caminhos para futuras investigações.

Metodologia

A presente pesquisa caracterizou-se como uma investigação de natureza bibliográfica, orientada por uma abordagem qualitativa. O foco central esteve na análise e interpretação de produções acadêmicas contemporâneas que tratam da relação entre currículo e cidadania, no contexto educacional do século XXI. A opção por esse tipo de pesquisa fundamentou-se na busca por elementos teóricos que subsidiassem uma compreensão aprofundada e crítica das propostas curriculares voltadas à formação cidadã dos estudantes.

A bibliografia selecionada incluiu artigos científicos obtidos em bases de dados reconhecidas, especialmente o *Google Acadêmico*, plataforma de busca de literatura acadêmica que permite o acesso a publicações científicas com critérios de curadoria e relevância. Foram utilizadas combinações simples de palavras-chave, tais como 'currículo', 'cidadania', 'educação básica', 'competências do século XXI' e 'formação de estudantes'. Essas expressões foram inseridas entre aspas curvas e simples, a fim de refinar os resultados por precisão temática.

Os critérios de inclusão adotados abrangeram publicações entre os anos de 2023 e 2025, com foco em textos que discutissem diretamente as interseções entre currículo escolar e

cidadania crítica. Foram excluídos materiais genéricos, artigos opinativos sem respaldo empírico ou publicações desatualizadas quanto às diretrizes curriculares mais recentes.

O processo metodológico compreendeu três etapas principais: (1) seleção e leitura criteriosa dos textos identificados; (2) extração e organização das citações diretas e indiretas pertinentes à problemática investigada; e (3) elaboração analítica dos capítulos temáticos do artigo com base na triangulação entre os referenciais. Cada trecho selecionado foi contextualizado e analisado à luz da questão norteadora da pesquisa.

A conceituação da metodologia adotada encontra respaldo em Santana, Narciso; Santana (2025, p. 5), os quais afirmam que “a adaptação às demandas tecnológicas emergentes é crucial para a atualização das metodologias de pesquisa”. Tal afirmação justifica o uso de ferramentas digitais como suporte para a coleta de dados bibliográficos. Ainda, segundo Narciso e Santana (2025, p. 19461), “a abordagem foi qualitativa, com foco na interpretação e compreensão das ideias e propostas apresentadas nas obras selecionadas”. Assim, priorizou-se o aprofundamento teórico em detrimento de quantificações numéricas.

Por sua vez, Santana e Narciso (2025, p. 1579) ressaltam que “a abordagem adotada foi qualitativa, uma vez que o foco do estudo reside na interpretação e análise de conteúdos teóricos e conceituais”. Essa perspectiva reforça a adequação do método empregado para alcançar os objetivos propostos, especialmente no tocante à reflexão crítica sobre os sentidos e desafios da formação cidadã no currículo escolar.

O currículo como espaço de formação para a cidadania

A concepção de currículo no século XXI demanda uma compreensão que ultrapasse os conteúdos disciplinares, passando a incorporar dimensões éticas, sociais e políticas da formação humana. Assim, o currículo escolar constitui um instrumento estratégico para o desenvolvimento da cidadania crítica, especialmente em contextos educacionais marcados por desigualdades e exclusões.

De acordo com Games *et al.* (2025, p. 3), “o currículo precisa contemplar não apenas conteúdos, mas competências e valores que preparem os estudantes para participar de forma ativa e consciente da vida em sociedade”. Essa perspectiva evidencia que o currículo assume papel formativo, ao promover a articulação entre o saber escolar e os direitos de participação cidadã.

Nesse sentido, Cunha (2025, p. 6) argumenta que “a educação não pode ser pensada apenas como aquisição de conhecimentos, mas como formação de sujeitos conscientes, críticos e atuantes no espaço público”. Tais afirmações reforçam a necessidade de que o currículo se oriente por princípios democráticos e emancipatórios.

Dadám *et al.* (2025, p. 4) destacam que

[...] a proposta curricular deve assegurar a construção de uma identidade cidadã, comprometida com os valores da justiça social, da igualdade de direitos

e do respeito à diversidade. Isso implica incluir temas como direitos humanos, sustentabilidade, ética e pluralidade cultural como elementos estruturantes do currículo escolar.

Essa constatação sublinha a relevância da incorporação de conteúdos voltados à formação de valores éticos e sociais, os quais não devem ser tratados como complementares, mas integrados ao núcleo pedagógico das propostas curriculares.

Ainda conforme Cunha (2025, p. 9), “a escola deve formar para a convivência democrática, promovendo o diálogo, a escuta e o respeito às diferentes opiniões como parte da experiência educativa cotidiana”. Essa afirmação se articula à defesa de um currículo que valorize a participação e o engajamento crítico dos estudantes.

Games *et al.* (2025, p. 6) observam:

[...] as competências do século XXI não são apenas técnicas ou cognitivas, mas envolvem atitudes, valores e comportamentos que permitam aos indivíduos lidar com a complexidade do mundo contemporâneo. O currículo deve preparar para isso.

Essa abordagem amplia a função do currículo, apontando para sua capacidade de integrar conhecimentos e competências que favoreçam o exercício da cidadania global e local.

Na mesma direção, Dadám *et al.* (2025, p. 6) afirmam que

[...] a formação para a cidadania pressupõe um currículo que valorize a experiência, o diálogo e a escuta ativa, promovendo um espaço em que diferentes saberes sejam reconhecidos e respeitados.

Isso indica que a democratização curricular não se resume à inclusão de temas, mas envolve práticas pedagógicas participativas e dialógicas. Cunha (2025, p. 12) adverte que “as reformas curriculares, quando não acompanhadas de mudanças nas práticas escolares, correm o risco de se tornarem meras formalidades”. Tal advertência demonstra que a efetividade do currículo enquanto ferramenta de formação cidadã depende da coerência entre o discurso pedagógico e a prática docente.

Por fim, Games *et al.* (2025, p. 7) sintetizam que

[...] o currículo escolar, ao articular conteúdos com valores, pode contribuir para formar sujeitos mais conscientes de seus direitos e deveres, capazes de intervir de forma crítica e ética nas questões que afetam suas comunidades e o planeta.

Essa formulação reafirma a necessidade de ressignificação do currículo como espaço privilegiado de formação cidadã. O compromisso da escola com essa missão exige não apenas revisão dos conteúdos, mas uma reconceitualização da intencionalidade pedagógica, alinhada a valores democráticos e à justiça social.

A partir dessa perspectiva, torna-se imprescindível que as escolas revisem suas propostas curriculares à luz dos princípios da cidadania ativa, da democracia participativa e da justiça social. Isso implica repensar não apenas o *quê* se ensina, mas *como* se ensina e *com que finalidade*. Projetos interdisciplinares sobre direitos humanos, mediação de conflitos, sustentabilidade e participação comunitária podem ser integrados às práticas escolares como meios de articulação entre o saber

acadêmico e a experiência vivida pelos estudantes. Além disso, metodologias participativas, como rodas de conversa, assembleias escolares e projetos de intervenção no território, tornam-se fundamentais para dar sentido à aprendizagem e promover o engajamento crítico dos alunos nas questões que afetam sua realidade.

Nesse cenário, a formação docente precisa estar alinhada à proposta de um currículo emancipador, para que os professores possam assumir, de maneira consciente, seu papel de mediadores do conhecimento e de promotores de valores democráticos no cotidiano escolar. A aplicação concreta desses princípios exige da gestão escolar o fortalecimento de uma cultura institucional aberta à escuta ativa, ao respeito às diferenças e à valorização dos saberes plurais. O currículo, portanto, deixa de ser uma lista de conteúdos a serem transmitidos e se torna um projeto político-pedagógico que visa formar sujeitos autônomos, éticos e comprometidos com a transformação social. Ao articular conteúdos, competências e valores, a escola contribui para que os estudantes se reconheçam como agentes históricos, capazes de intervir criticamente em seus contextos locais e globais.

Competências do século XXI e a construção da cidadania global

A discussão sobre as competências do século XXI adquire centralidade no debate educacional contemporâneo, sobretudo por sua relação direta com a formação de cidadãos aptos a participar de uma sociedade complexa, interconectada e em constante transformação. Tais competências não se restringem ao domínio cognitivo, mas envolvem habilidades socioemocionais, pensamento crítico, responsabilidade global e ética.

Conforme Dadám *et al.* (2025, p. 5),

[...] a proposta de uma educação voltada à cidadania global deve incorporar, em sua estrutura curricular, competências que permitam ao sujeito atuar de forma ética, crítica e colaborativa em diferentes contextos culturais e sociais, respeitando a diversidade e promovendo a justiça social.

Essa perspectiva amplia a noção de cidadania ao articular o local e o global, exigindo do currículo escolar uma reorganização que inclua não apenas conteúdos, mas modos de pensar e agir orientados por princípios democráticos.

Games *et al.* (2025, p. 4) defendem que “a formação de estudantes para o século XXI pressupõe o desenvolvimento de competências transversais, tais como criatividade, empatia, cooperação e resolução de problemas complexos, que devem ser incorporadas às práticas pedagógicas cotidianas”. Tal enfoque exige rupturas com modelos curriculares centrados exclusivamente na transmissão de conhecimentos técnicos.

Na mesma linha, Cunha (2025, p. 8) afirma:

[...] preparar os estudantes para o século XXI não se resume à inclusão de novas disciplinas ou tecnologias, mas requer uma profunda transformação da cultura escolar, que valorize a autonomia intelectual, o pensamento reflexivo e o compromisso ético com o bem comum.

Essa citação revela que a incorporação de competências contemporâneas está diretamente vinculada à promoção da cidadania como prática cotidiana no ambiente escolar.

Dadám *et al.* (2025, p. 6) acrescentam que

[...] o desenvolvimento de competências socioemocionais, como empatia, resiliência e escuta ativa, é fundamental para formar cidadãos capazes de atuar em contextos de diversidade e conflito.

A escola, portanto, torna-se espaço privilegiado de construção de subjetividades comprometidas com a convivência democrática. Games *et al.* (2025, p. 7) observam que “o currículo não pode ser um repositório neutro de conteúdos, mas deve constituir-se como um projeto ético-político de formação humana para a cidadania ativa e global”. Tal assertiva reforça a concepção de currículo como mediação entre cultura, valores e práticas educativas.

De modo convergente, Cunha (2025, p. 11) sustenta que “as competências globais não substituem as nacionais, mas as complementam, ampliando o repertório dos estudantes para que compreendam problemas”. Essa afirmação evidencia o papel do currículo como articulador de múltiplas escalas de pertencimento e ação cidadã.

Ainda segundo Dadám *et al.* (2025, p. 7),

[...] a proposta curricular voltada à cidadania global deve prever situações de aprendizagem que favoreçam a construção de um pensamento crítico e ético, comprometido com a transformação das realidades injustas e excludentes.

Essa proposição reafirma o papel ativo do estudante na transformação social, ao integrar no currículo ações que estimulem o engajamento com problemas coletivos.

Games *et al.* (2025, p. 5) destacam que

[...] é necessário que a escola promova experiências significativas que envolvam os estudantes em projetos coletivos, em que possam aplicar seus conhecimentos para resolver desafios reais, exercitando a cidadania de forma concreta.

Por fim, Cunha (2025, p. 10) sintetiza: “formar cidadãos para o século XXI é formar sujeitos conscientes de sua responsabilidade social, capazes de agir com solidariedade e respeito à dignidade humana”. Tais formulações indicam que o desenvolvimento de competências do século XXI exige um currículo comprometido com a formação ética, reflexiva e ativa dos estudantes, com vistas à consolidação de uma cidadania local e global.

A articulação entre as competências do século XXI e a construção da cidadania global demanda a criação de experiências concretas de aprendizagem que integrem valores, atitudes e conhecimentos em situações reais. Projetos pedagógicos que envolvam os estudantes em ações voltadas para a sustentabilidade, o combate às desigualdades sociais ou a defesa dos direitos humanos constituem exemplos práticos de como o currículo pode ser transformado em ferramenta de participação ativa. Atividades como debates sobre problemas sociais contemporâneos, ações colaborativas com a comunidade, criação de campanhas digitais de conscientização ou intercâmbios culturais virtuais com estudantes de outras regiões e países favorecem o desenvolvimento de competências como empatia, cooperação, responsabilidade

ética e pensamento crítico. Assim, a escola torna-se um espaço não apenas de ensino, mas de vivência da cidadania global no cotidiano escolar.

Apesar das diretrizes educacionais reconhecerem a importância da formação para a cidadania global, ainda é possível observar, na maioria das instituições escolares, uma distância entre a teoria e a prática. O currículo permanece muitas vezes centrado em conteúdos disciplinares isolados, voltado à preparação para avaliações padronizadas, sem espaços sistemáticos para o trabalho com valores, atitudes e experiências formativas. Como destacam os autores citados, o desenvolvimento de competências como criatividade, empatia, escuta ativa e resolução de problemas complexos requer uma mudança na cultura escolar, que ainda é fortemente marcada por abordagens tradicionais e transmissivas. Essa lacuna revela o quanto a promoção de uma educação mais ética, democrática e globalizada ainda enfrenta entraves estruturais, culturais e pedagógicos.

Para que as competências do século XXI se tornem, de fato, parte integrante do processo formativo, é necessário investir na reformulação curricular, na formação continuada dos docentes e na construção de uma cultura institucional mais aberta à inovação. Os currículos devem ser revistos para incluir não apenas temas contemporâneos relevantes, mas também metodologias participativas que valorizem a experiência, a autonomia e o diálogo. Programas de formação docente devem contemplar as dimensões socioemocionais da prática pedagógica e fornecer subsídios para o trabalho com diversidade, ética e engajamento social. Além disso, a gestão escolar deve promover espaços de escuta entre educadores, estudantes e famílias, fortalecendo a construção coletiva de um projeto educativo comprometido com a transformação da realidade.

Em síntese, a formação de cidadãos para o século XXI requer uma escola que compreenda o currículo como um projeto ético, político e pedagógico, capaz de preparar os estudantes para agir com responsabilidade diante dos desafios de um mundo em constante transformação. A cidadania global não se constrói apenas com informações, mas com práticas que cultivem a empatia, a justiça social, o diálogo e o compromisso com o bem comum. Ao integrar essas competências ao cotidiano escolar, a escola contribui para formar sujeitos críticos, conscientes de seus direitos e deveres, aptos a intervir em suas comunidades e no mundo com respeito à dignidade humana e à diversidade. Dessa forma, a educação assume seu papel de agente ativo na construção de uma sociedade mais justa, democrática e solidária.

Desafios curriculares na implementação de uma educação cidadã

A construção de um currículo orientado para a cidadania enfrenta entraves significativos, que não se limitam ao plano conceitual, mas se estendem às práticas pedagógicas e às estruturas institucionais que sustentam a escola. Embora os marcos legais e os referenciais teóricos apontem para a necessidade de uma educação comprometida com a formação crítica, participativa e ética dos estudantes, o cotidiano escolar ainda revela um descompasso entre o que se propõe nas políticas educacionais e o que se realiza nas salas de aula. Trata-se de um cenário em que os

ideais de uma educação cidadã se veem frequentemente tensionados por lógicas tradicionais, burocráticas e hierarquizadas.

Games *et al.* (2025, p. 6) chamam atenção para esse conflito ao afirmarem que

[...] as propostas curriculares que buscam formar cidadãos críticos muitas vezes esbarram em práticas pedagógicas conservadoras, baseadas na memorização e na transmissão de conteúdos descontextualizados, que pouco dialogam com a realidade dos estudantes.

Essa crítica revela uma prática escolar que, em muitos casos, ainda privilegia o acúmulo de conteúdos e a repetição mecânica em detrimento do desenvolvimento de competências críticas e da articulação entre saber escolar e experiência vivida. A proposta de um currículo que forme para a cidadania, portanto, requer rupturas com esse modelo de ensino reprodutivo, para que o aprendizado se torne significativo e conectado às realidades sociais dos alunos.

Complementando esse diagnóstico, Cunha (2025, p. 12) aponta que uma das grandes barreiras à transformação curricular está na resistência de docentes e gestores às mudanças pedagógicas. Segundo o autor, “a resistência às mudanças pedagógicas por parte de docentes e gestores representa um dos principais entraves à implementação de currículos mais democráticos e participativos”. Essa resistência não se configura como simples rejeição, mas como produto de uma cultura escolar historicamente construída, baseada na valorização da ordem, da padronização e da autoridade. Romper com essa lógica exige não apenas boa vontade individual, mas processos formativos coletivos e permanentes que incentivem a reflexão crítica sobre a prática docente.

Dadám *et al.* (2025) vão além ao destacar que a efetivação de propostas curriculares voltadas à cidadania depende de três dimensões articuladas: a formação continuada dos professores, a reorganização dos tempos e espaços escolares e a abertura institucional às práticas pedagógicas inovadoras e contextualizadas. Isso mostra que os desafios não residem somente nas concepções pedagógicas, mas também nas condições concretas de funcionamento das escolas. A estrutura rígida de horários, a fragmentação disciplinar e a ausência de espaços formativos colaborativos acabam inviabilizando propostas mais abertas e democráticas.

Outro fator limitador, segundo Games *et al.* (2025), está nas pressões impostas pelas avaliações externas padronizadas, que orientam o trabalho pedagógico para resultados mensuráveis, esvaziando o potencial formativo da cidadania. Quando o foco da escola se concentra no desempenho em provas e rankings, temas como ética, participação, justiça social e diversidade tendem a ser negligenciados ou tratados de forma superficial. Cunha (2025) reforça essa crítica ao lembrar que a desigualdade de acesso à educação de qualidade representa um obstáculo concreto à vivência plena da cidadania, principalmente para estudantes de contextos socialmente vulneráveis, que encontram maiores barreiras para a permanência e o engajamento escolar.

Nesse contexto, Dadám *et al.* (2025) propõem que as escolas recebam apoio institucional para o desenvolvimento de projetos interdisciplinares que articulem diferentes áreas do conhecimento a partir de temáticas sociais relevantes, conectando o currículo escolar aos

problemas concretos enfrentados pelas comunidades. Essa proposta implica uma mudança de perspectiva: a escola deixa de ser um espaço de mera reprodução de conteúdos e passa a atuar como agente ativo na formação cidadã dos sujeitos. Para isso, como reforçam Games *et al.* (2025), é fundamental que haja envolvimento coletivo de toda a comunidade escolar, pois

[...] sem o envolvimento coletivo da comunidade escolar e o compromisso político das redes de ensino, qualquer tentativa de reformulação curricular permanece limitada ao plano das intenções, sem repercussão efetiva no cotidiano das salas de aula.

Ao refletir sobre essa questão, Cunha (2025) observa que os desafios enfrentados pelas escolas do século XXI são complexos e multifatoriais, exigindo respostas que sejam coletivas, articuladas e sustentadas por políticas públicas comprometidas com a equidade e a emancipação dos sujeitos. Não se trata apenas de mudar documentos, mas de repensar os sentidos da escola, seus valores e suas práticas. Isso demanda uma concepção de currículo como construção coletiva, vinculada a um projeto ético e político de formação humana, em sintonia com as exigências sociais e culturais do mundo contemporâneo.

Por fim, Dadám *et al.* (2025, p. 10) afirmam que “o compromisso com a cidadania exige da escola coragem para enfrentar as contradições do sistema educacional e criar espaços efetivos de escuta, diálogo e ação”. Essa afirmação sintetiza o desafio central da educação cidadã: tornar a escola um lugar em que a democracia não seja apenas ensinada, mas vivenciada cotidianamente. Embora os obstáculos sejam reais e significativos, eles não inviabilizam a proposta de uma escola comprometida com a transformação social. Ao contrário, evidenciam a urgência de políticas educacionais estruturadas, formações docentes críticas e práticas pedagógicas participativas que sustentem um currículo voltado à formação ética, reflexiva e engajada dos estudantes.

Diante dos desafios apresentados, conclui-se que a implementação de um currículo voltado à formação cidadã requer uma transformação profunda da cultura escolar e das condições estruturais que sustentam a prática pedagógica. Mais do que uma reformulação de conteúdos, trata-se de repensar o papel da escola como espaço de participação, diálogo e construção coletiva do conhecimento, comprometido com a justiça social e a democracia. Para que essa proposta se torne efetiva, é indispensável o envolvimento de todos os atores educacionais — professores, gestores, estudantes, famílias e redes de ensino — na construção de um projeto educativo que valorize a pluralidade, promova a equidade e contribua para a formação de sujeitos críticos, éticos e socialmente engajados.

Resultados e análise dos dados

A análise bibliográfica empreendida ao longo deste artigo possibilitou identificar que a integração entre currículo e cidadania, no contexto do século XXI, constitui uma demanda prioritária para os sistemas educacionais. As principais conclusões apontam para a necessidade de um redesenho curricular que contemple, de forma integrada, as competências cognitivas,

socioemocionais e ético-políticas, a fim de preparar os estudantes para a convivência democrática e para o exercício de uma cidadania ativa, local e global.

As descobertas evidenciam que a simples reformulação de conteúdos curriculares não é suficiente. A construção de um currículo comprometido com a cidadania exige o rompimento com práticas pedagógicas centradas na transmissão de conteúdos e na avaliação padronizada. Nesse sentido, destaca-se a importância de metodologias participativas, interdisciplinares e críticas, capazes de promover o protagonismo estudantil e a reflexão sobre as desigualdades sociais, culturais e econômicas.

Essas constatações dialogam com a literatura nacional e internacional recente, a qual reforça o papel central da escola na formação de sujeitos autônomos, críticos e socialmente engajados. Há convergência entre os autores analisados quanto à urgência de se investir na formação docente continuada, na democratização dos processos decisórios escolares e na inclusão de temas contemporâneos transversais no currículo.

Contudo, as limitações observadas indicam que a implementação de uma educação para a cidadania ainda enfrenta barreiras consideráveis. Entre elas, destacam-se a carência de infraestrutura escolar adequada, a sobrecarga de trabalho dos professores, a fragmentação curricular e a prevalência de modelos avaliativos quantitativos. Além disso, a ausência de políticas públicas sustentáveis, com recursos e diretrizes claras, compromete a efetividade das propostas pedagógicas inovadoras.

Resultados inesperados também foram observados, sobretudo no que se refere à resistência institucional e docente à inserção de temáticas sociais nos currículos escolares. Tal resistência, embora não explicitada nos documentos oficiais, aparece de forma recorrente nos relatos empíricos analisados por diversos autores, apontando para uma lacuna entre os discursos normativos e as práticas escolares concretas.

Essas constatações reforçam a necessidade de aprofundar investigações sobre os fatores que dificultam a implementação de uma educação voltada à cidadania. Sugere-se, para pesquisas futuras, a análise de experiências escolares bem-sucedidas nesse campo, bem como estudos que articulem dados quantitativos e qualitativos sobre o impacto das reformas curriculares nas aprendizagens e atitudes dos estudantes. Ainda, torna-se relevante examinar as relações entre currículo, cidadania e desigualdades sociais em contextos específicos, como territórios periféricos e comunidades tradicionais.

Conclusão

A presente pesquisa teve como propósito examinar a articulação entre currículo escolar e cidadania na formação de estudantes preparados para os desafios do século XXI. A partir da análise dos referenciais teóricos selecionados, foi possível compreender que a construção de uma educação cidadã implica repensar não apenas os conteúdos escolares, mas, sobretudo, os princípios, objetivos e metodologias que orientam a prática educativa.

O estudo evidenciou que os currículos escolares ainda operam, em grande parte, sob lógicas tradicionais que privilegiam a homogeneidade, a hierarquia do saber e a fragmentação do conhecimento. Entretanto, os desafios contemporâneos requerem uma abordagem curricular pautada na criticidade, na responsabilidade social e na compreensão intercultural, elementos indispensáveis à consolidação de uma cidadania plena.

A análise bibliográfica demonstrou que as propostas curriculares voltadas à cidadania necessitam ser acompanhadas por políticas públicas estruturadas, investimento em formação docente e reformulação dos processos avaliativos. Além disso, mostrou-se que a implementação dessas propostas enfrenta resistências de ordem institucional, pedagógica e cultural, o que exige intervenções sistêmicas e contínuas.

A investigação permitiu responder à questão norteadora proposta na introdução, ao demonstrar que a educação para a cidadania no século XXI demanda mais do que inserção de novas competências: requer uma transformação ética e política do currículo. Os objetivos da pesquisa foram, portanto, plenamente alcançados, pois se identificaram as potencialidades e os obstáculos dessa integração curricular, além de se evidenciar a necessidade de um compromisso coletivo com a formação cidadã dos estudantes.

Por fim, sugere-se que futuras pesquisas aprofundem o estudo de práticas escolares que efetivamente promovam a cidadania em diferentes contextos, bem como investigações que relacionem currículo, participação democrática e justiça social. Tais estudos poderão oferecer subsídios empíricos e teóricos para a consolidação de uma escola mais justa, crítica e transformadora.

Referências

CUNHA, M. J. dos S. Desafios que no século XXI se colocam à educação. **European Public & Social Innovation Review**, v. 10, p. 01-14, 2025.

DADAM, J.; FISTAROL, C. F. da S.; CIPRIANI, A. Currículo, interculturalidade e cidadania global: um estudo da proposta curricular da rede pública de ensino de Pomerode, SC. **Horizontes**, v. 43, n. 1, e023188, 2025.

GAMES, E. C. V. *et al.* Currículo escolar e as competências do século XXI: preparando os estudantes para o futuro. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 17, n. 3, 2025.

NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos. **ARACÊ**, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2024.

SANTANA, A. C. de A.; NARCISO, R. Pilares da pesquisa educacional: autores e metodologias científicas em destaque. **ARACÊ**, v. 7, n. 1, p. 1577-1590, 2025.

SANTANA, A. N. V. de; NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Transformações imperativas nas metodologias científicas: impactos no campo educacional e na formação de pesquisadores. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 1, e13702, 2025.